

EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: UMA BREVE ANÁLISE DAS PROPOSTAS E PRÁTICAS CURRICULARES DO MUNICÍPIO DE UBAITABA- BAHIA

Tháise da Paixão Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual Santa Cruz- UESC

Maria Rita Santos

Universidade do Estado da Bahia- UNEB

Pascoal João dos Santos

Universidade Estadual Santa Cruz- UESC

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir as propostas e práticas curriculares realizadas nas turmas de Educação Infantil do Campo no município de Ubaitaba- Bahia. Para tanto, foi necessário buscar conhecimento sobre os sujeitos que atuam e são atendidos nessa modalidade de ensino, assim como, pensar como é feito o currículo destinado a esse público culturalmente tão plural, e revisitar alguns conceitos de currículo e dos marcos legais que amparam essa modalidade de ensino. Como aporte teórico utilizamos da fundamentação teórica sobre a temática currículo, aplicação de questionário respondido pelo gestor e professores das respectivas creches do campo e uma breve pesquisa documental da Proposta Pedagógica da Rede Municipal para Educação Infantil (2011) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) das creches da Educação Infantil do Campo (2016). Apresentamos os dados coletados através do questionário e dos documentos curriculares que regem o segmento da Educação Infantil do município e no segundo e último tópico, procurando analisar sua realidade a partir dos referenciais teóricos aqui trabalhados. Concluimos, então, a necessidade de superar/abandonar o modelo de conteúdos fragmentados e urbanocêntricos, para então, organizar uma proposta que ajude na compreensão da sua materialidade de origem e sentido aos atores curriculantes na busca por uma educação do/no campo.

Palavras chave: Educação do Campo; Educação Infantil; Currículo.

INTRODUÇÃO

Pensando na necessidade de refletirmos acerca das propostas e práticas curriculares realizadas nas turmas de Educação Infantil do Campo, o campo empírico foi constituído por quatro creches que representam a referida modalidade no município de Ubaitaba-Bahia. A presente pesquisa busca analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) e suas implicações na formação dos alunos (as) e dos/das professores (as) da escola local; conhecer a natureza do currículo e sua

materialização nas práticas pedagógicas realizadas no cotidiano das escolas do campo; Apontar possíveis desafios curriculares para o PPP como uma nova forma de propor as atividades da escola do/no campo. Para tanto, foi necessário buscar conhecimentos sobre os sujeitos que atuam e são atendidos nessa modalidade de ensino, assim como, pensar como é feito o currículo destinado a esse público culturalmente tão plural, e revisitar alguns conceitos de currículo e dos marcos legais que amparam essa modalidade de ensino.

Diante disso, nos deparamos então com o seguinte questionamento: Como perpassam as questões relacionadas às práticas curriculares e pedagógicas do/no campo nas Creches da Educação Infantil do campo no município de Ubaitaba?

No primeiro tópico deste artigo, apresentamos os dados coletados através do questionário e dos documentos curriculares que regem o segmento da Educação Infantil do município. No segundo, apresentamos os dados coletados, procurando analisá-los a partir dos referenciais teóricos aqui trabalhados. Por fim teceremos algumas considerações na tentativa de responder à problemática.

A presente pesquisa foi realizada a partir da fundamentação teórica sobre a temática currículo, aplicação de questionário respondido pelo gestor e professores das respectivas creches do campo e uma breve pesquisa documental da Proposta Pedagógica da Rede Municipal para Educação Infantil (2011) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) das creches da Educação Infantil do Campo (2016). Sendo assim, nesta pesquisa lançaremos mão de referenciais publicados, acerca da referida temática, analisando e discutindo as contribuições científicas para esta análise.

Os documentos analisados constituem uma técnica importante para a pesquisa, seja complementando informações obtidas por outra técnica empregada, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Neste caso, a respectiva técnica nos possibilita complementar a fundamentação teórica e o questionário a respeito da temática em questão, bem como consultar e analisar um projeto pedagógico que é uma prática nas instituições escolares.

A relevância desta pesquisa perpassa por tentar contribuir para que as questões sobre currículo específico para o campo estejam presentes nos projetos pedagógicos das creches de modo a contemplar as suas especificidades e expectativas de aprendizagem. Busca principalmente apresentar possibilidades para pensar as práticas pedagógicas que valorizem os conhecimentos dessas comunidades, valorizando seus saberes sem deixar de discutir os conhecimentos eleitos para humanidade.

1 Educação Infantil do Campo no município de Ubaitaba- Bahia: diagnóstico de uma realidade curricular

Ao iniciar este tópico apresentaremos uma breve contextualização da Educação Infantil do Campo no município de Ubaitaba- Bahia, e como se corporifica os atos curriculares neste contexto. Enquanto pesquisadora e coordenadora pedagógica atuante nesta localidade, o tópico tem como objetivo evidenciar a Educação do Campo no referido município, conforme questionário e os documentos analisados que são referências para a modalidade de ensino e instituição escolar.

No referido município localizado na Mesorregião Geográfica Sul Baiano, na microrregião Ilhéus – Itabuna, zona turística da Costa do Cacau, no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, distando 450 km de Salvador. Segundo os dados do IBGE (2010), atualmente a cidade possui aproximadamente 20.691 habitantes; destes, 17.598 pessoas na zona urbana e 3.093 pessoas na zona rural. O mapa de localização a seguir apresenta a posição de Ubaitaba em relação ao Estado da Bahia:

Ilustração 1- Localização do município de Ubaitaba- Bahia



Fonte: IBGE (8 de ago. 2010). Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 de jan. 2018

O município recebeu sua primeira escola quando ainda era um arraial em 1905, começou a mobilizar-se junto a órgãos responsáveis somente nos anos 1970, não existem registros históricos formais nos arquivos da Secretaria de Educação sobre o surgimento das instituições infantis no município de Ubaítaba, todavia, conta-se, a partir das vivências de alguns educadores da época que foi possível compreender porque muitas instituições possuem o viés assistencialista e condições físicas inadequadas para as denominadas “creches”. De acordo com a Proposta Pedagógica da Rede Municipal para Educação Infantil (2011, p. 16):

A assistência às crianças das camadas sociais de baixa renda e domiciliadas nos bairros periféricos em Ubaítaba teve início na década de 70 por iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Social, para atender ao crescente número de mães que buscaram o mercado de trabalho para prover o sustento de seus filhos ou complementar a renda familiar. Esse atendimento foi realizado primeiramente na Ruinha, no Armandão, no Centro e na Zona Rural.

Entre essas creches estavam as Creches do Campo a pioneira foi a do distrito de Piraúna, a Creche Rita de Cássia Lona composta por crianças com idade de 2 a 5 anos do povoado e fazendas circunvizinhas. Além dessa creche foram criadas mais três em outros povoados que pertencem a zona rural do município a Creche Alípio Domingos no povoado Oricó, Creche Hildebrando Alves Correia na Fazenda Caguinhos e a Creche Beatriz Soares no povoado de Melos, compostas por crianças de 3 a 5 anos. Atualmente de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município durante a pesquisa e através do questionário, as escolas estão distribuídas, como no quadro a seguir:

Quadro 1- Caracterização das escolas da Educação Infantil do Campo município Ubaitaba- Bahia

NOME DA ESCOLA	Creche Rita de Cássia Lona	Creche Alípio Domingos	Creche Hildebrando Alves Correia	Creche Beatriz Soares
LOCALIDADE	Piraúna	Povoado Oricó	Fazenda Caguinhos	Povoado de Melos
SISTEMA DE ENSINO / TURNO ATENDIDO	Matutino	Matutino	Matutino	Matutino
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM 2017	33	19	19	19
DADOS DA EVASÃO	03	2	1	2

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2018

De acordo com dados do PPP (2016), as famílias das crianças que frequentam as creches do campo são de baixa renda e em sua maioria são criados por avós ou mães separadas e poucos convivem com a família nuclear, os pais possuem baixa escolaridade em sua maioria, são trabalhadores rurais, domésticas, pescadores e alguns sobrevivem de bolsa família.

A estrutura física das escolas apesar de não ser a mesma em todas as creches do campo são semelhantes, possuem uma cozinha, uma sala de aula, dois banheiros, em apenas uma a de Piraúna possui duas salas de aula. Não possuem outros espaços como biblioteca, salas de vídeo, laboratório, auditório, mas possuem área externa que poderá ser utilizada para prática de atividades externas. Quanto aos recursos materiais somente duas creches possuem televisão, DVD e uma caixa som, duas impressoras que servem para utilização de todas as creches e um computador que fica na sala da secretaria. São escassos os recursos materiais, se limitando mais ao quadro branco, cadeiras apropriadas para idade e os livros paradidáticos do PNLD/ MEC.

Os professores que compõem a equipe escolar possuem ensino superior completo, mas não possuem nenhuma formação específica na área de Educação Infantil e Educação do Campo. De acordo com o PPP (2016, p.11) é ofertado pelo município uma formação continuada a cada três meses, “além de leituras de textos nos encontros de AC (Encontro de Atividades Complementares) relacionadas a algumas situações vividas pelos docentes em sala de aula em que precise enriquecer com teorias relevantes para a prática”. As ACs são as atividades de planejamento realizadas de modo semanal.

Antes que ocorram as ACs são realizadas reuniões com o coordenador geral em que os coordenadores da rede se encontram para elaborar os projetos e situações relevantes para as ACs

passando posteriormente para os professores nos encontros “Em seguida, os professores de com a sua turma e avaliações diárias das crianças repensam e reformulam este mesmo planejamento de forma a atender à sua realidade de sala de aula” (PPP, 2016, p.9).

Como já citamos as creches possuem um PPP, atualizado pela última vez em 2016, com a participação de coordenadores, direção e professores. A sua avaliação, acompanhamento e reformulação ocorrem a cada dois anos. Nesse documento normativo indica que serão realizados encontros com os pais e mestres a cada trimestre, já no questionário indicou que somente duas vezes ao ano. Quanto aos projetos desenvolvidos com a participação da comunidade existem dois realizados pela Secretaria de Educação que fazem parte de um projeto macro “A leitura e suas artimanhas”, a varanda literária e nos festejos juninos o Procamepiraricó, unindo as escolas e creches dos quatro povoados para homenagear alguns artistas da cultura popular brasileira.

Através da aplicação de questionário, foi possível constatar que os projetos da creche não contemplam a participação efetiva da comunidade, por não atenderem os seus anseios e saberes, quanto na sua estrutura da Proposta Pedagógica da Rede Municipal para Educação Infantil (2011, p. 20) evidencia-se que:

Esse documento expressa o resultado dos anseios, das discussões e reflexões geradas durante o processo de elaboração e explicita as concepções teóricas e metodológicas, sem negar as experiências historicamente acumuladas. Seu conteúdo, obviamente, não dará conta de responder todas as demandas de uma realidade complexa e contraditória e por isso será necessário continuar buscando outras possibilidades que favoreçam processos representativos e garantidores de uma Educação Infantil que contribua para o desenvolvimento, a autonomia e a felicidade das crianças.

Podemos evidenciar que as concepções teóricas se movimentam e possuem um caráter de demarcar a sua propositabilidade no contexto escolar. Para tanto, faz-se necessário que possamos descrevê-lo e abordar seu âmago, assim como Macedo (2013a, p.132) quando o referenda:

Podemos dizer que o currículo tem carne e alma, isto é, é movido concretamente por uma visão de homem e de mundo, bem como auto-ecoorganiza-se mediado por estas instâncias. Arquitetado por grupos de fato, o currículo é um processo – produto interessado, movido por um pattern de significados que nem sempre sai do mundo das opacidades institucionais, nem sempre por acaso, é bom que se diga.

Ao pesquisar o currículo através de documentos oficiais, um pesquisador analisa as ideias que objetivam direcionar a educação e a aprendizagem por determinado caminho. Entretanto, ao pesquisar o currículo através da prática que acontece na escola, torna possível também a percepção de como o currículo é absorvido por essa prática.

1. Educação Infantil do Campo: “passagem do lado de lá, dos não lugares para o lado de cá os lugares sempre negados”

Diante das informações coletadas e das reflexões empreendidas no tópico anterior os achados da pesquisa apontam para algumas informações do contexto estudado, ainda que diferentes, mas interligadas, é através da sua contextualização que se torna possível a compreensão de como ocorre os atos curriculares na Educação do Campo, ou seja, como ele se corporifica na escola. Como nos escritos de Freire e Macedo (1994, p.70) “O currículo, no sentido mais amplo, implica não apenas o conteúdo programático do sistema escolar, mas também entre outros aspectos, [...]”. Assim, o currículo está para além dos conteúdos programáticos, englobando o que ocorre dentro e fora do espaço escolar.

De acordo com os escritos de Arroyo (2011, p.340):

Os currículos não dão conta dessa fascinação de acender a outros lugares. Logo no pré-escolar os currículos lhes mostram que suas ofertas são mais prosaicas, dominar habilidades e competências para a sobrevivência ou o trabalho informal, incerto, para trabalhos precários e vidas precárias. Para continuar nos mesmos lugares sociais e espaciais.

Nesse sentido, a referida realidade pesquisada aponta como nos escritos de Arroyo (2011), quando afirma que a escola não está dando conta de atender as expectativas de aprendizagem e especificidades dos seus sujeitos. Com currículos ainda urbanocêntricos, ausência de formação inicial, continuada e específica para os profissionais que atuam no campo, espaços físicos e transportes inadequados, falta de participação dos coletivos na elaboração das ações, um lugar dos que são “punidos” e por isso são lançados para atuar no campo e não por formação e /ou identidade.

É justamente nesse sentido que as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica de 2010 estabelecem, em sua Seção IV, artigo 35, que:

Art. 35 Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2010a, p. 12).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica se configuram um grande avanço para os currículos, sobretudo da Educação do Campo, para tanto, é possível observar que do ponto de vista legal estamos bem sedimentados, mas é preciso lutar para que essas políticas se efetivem. Como foi possível evidenciar nesta pesquisa o currículo e as práticas curriculares não contemplam ainda uma pauta voltada as necessidades e especificidades da Educação do Campo, posto que, os coordenadores direcionam um único projeto que é adaptado para todas as realidades do município posteriormente. Desse modo, é possível encontrar neste contexto currículos construídos “para o outro, sem o outro”. Assim, compreendendo que a organização da escola do campo também necessita articular à consolidação de uma concepção de escola no e do campo, isto é, de uma educação que seja pensada para a realidade dos povos do campo brasileiro, sabe-se que ela não se consolidará sem a participação desses coletivos na sua elaboração e com adaptações às práticas metodológicas.

Outra questão que não podemos deixar de pontuar é a formação dos profissionais que atuam na educação do campo, para que possam compreender as questões políticas, econômicas e sociais imbricadas nesse referido contexto, além de compreenderem como adequem o referido currículo a educação do campo. Não se trata de culpabilizar os profissionais, mas trazer indicativos da ausência de formação para atuar, a precarização do trabalho docente posto que a ausência de formação impossibilita ao professor “distinguir o campo e o objeto de estudo do currículo como processos históricos, como interesse formativo e ao mesmo tempo de empoderamento político” (MACEDO, 2013, p.19).

Os professores precisam “nacionar” currículo e a Educação do Campo compreendendo o que está por trás das escolhas ou supressão de determinados conhecimentos: para criar estratégias pedagógicas, reinventar alternativas curriculares e práticas pedagógicas que contemple a identidade e as especificidades dos sujeitos coletivos do campo e assim, contribuir para construção de uma proposta curricular que se integre a um projeto de transformação social.

Destacamos nesta discussão alguns assuntos que emergiram nas discussões durante a pesquisa, quais sejam: precarização do trabalho docente, ausência de formação inicial e específica dos profissionais que atuam, currículo que não se adequa a realidade do campo. Esses indícios foram reforçados devido a minha atuação enquanto coordenadora nas Creches da Educação do Campo em 2017, quando retornei de licença de uma formação em Educação de Jovens e Adultos, diante da leitura do que é proposto no PPP (2016) e da Proposta Pedagógica Municipal para o

município, existe um silenciamento nesses documentos normativos da realidade e os interesses da comunidade em que a escola está inserida, sem considerar os tempos de “plantar e colher”, os costumes e tradições e toda a dinâmica social da comunidade.

Esse distanciamento entre o proclamado e o efetivado nas escolas do campo ocorre na organização escolar na integração e respeito as suas particularidades, valorizando saberes, para efetivarem as diretrizes no cotidiano escolar, porque a escola está inserida em um plano macro organizacional, que diz respeito às legislações, planos e programas em âmbito nacional, estaduais e municipais, mas também se insere num plano micro organizacional, devendo executar no Regimento Escolar e PPP.

Os documentos que regem a escola no plano micro-organizacional devem ser elaborados coletivamente, seguindo o princípio da gestão democrática, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, inciso VI, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), como segue:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
[...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei (BRASIL, 1988, p. 123);

Art. 141. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, p. 12).

Considerando no currículo as relações de poder e como afirma Arroyo (2011) um território em disputa, não podemos desconsiderar que toda prática pedagógica se fundamenta na visão de mundo e de ser humano que se pretende formar. A educação do campo tem em seu projeto educativo o objetivo de formar um sujeito que não é estático, ao contrário, está sempre em movimento, porque é coletivo, além de não estar somente a serviço do capital. Garantir o direito a educação dos povos do campo, conquista essa dos movimentos sociais que tanto lutam por:

[...] políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2011, p. 149-150).

Portanto, essa discussão sobre educação do campo não poderá se esgotar neste escrito nem a isso ele se propõe, pois ainda há muito que se avançar no que tange à forma de construir um

currículo para Educação Infantil do Campo consciente de seu papel na luta dos trabalhadores em geral e dos povos do campo em específico. Essa breve discussão aqui exposta permitiu avançar numa compreensão da educação infantil e do currículo da escola do campo como uma ferramenta indispensável na disputa por uma educação emancipadora aos povos do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade na qual a luta pela universalização do ensino ganhou hegemonia a escola deixou de ser encarada como um privilégio e passou a ser defendida como um direito de todos. De acordo com o que foi possível evidenciar através da análise do PPP e das práticas curriculares nas unidades da Educação Infantil do Campo no município de Ubaitaba- Bahia, alguns desafios são apontados nesse segmento desde a relação existente entre as creches do campo e o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridas, até a necessidade de se pensar em uma proposta curricular que atendam a essa característica e efetivamente garanta esse direito, não somente garantindo seu acesso, mas a qualidade e permanência.

Desse modo, a relevância de se defender um PPP que defenda um projeto que considere a perspectiva política e social das crianças do campo, assim como as práticas produtivas e econômicas de suas famílias. Portanto, não basta que sejam criadas instituições em áreas rurais. É preciso deixar para trás o modelo de conteúdos fragmentados e urbanocêntricos, para então, organizar uma proposta que ajude na compreensão da sua materialidade de origem. Nesse sentido, os docentes bem como a equipe gestora necessitam compreender as concepções que dão suporte a educação do campo e se comprometam a buscar condições teóricas e técnicas para formar seus alunos. É fundamental que educadores aprendam a organizar o trabalho escolar e a elaborar o PPP com a participação da comunidade e vinculada a educação pensada desde o seu lugar, valorizando sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 1996.** Diário Oficial da União, DF, Ano CXXXIV, nº 248. Brasília, 1996.

_____. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-novapdf&Itemid=30192 Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Mapa Geográfico do município de Ubaitaba- Bahia. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18. Set. 2015.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do Campo.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ESTEBAN, Maria T. **Educação popular:** desafio à democratização da escola pública. Cad. Cedes, Campinas, vol.27, n.71, p. 9-17, jan./abr.2007.

GOODSON, Ivor. **Currículo:** teoria e história. Tradução de Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1998

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa formação.** Brasília: Liber Livro Editora. 2ª ed. 2010.

_____. **Currículo:** campo, conceito e pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.

_____. **Atos de currículo e autonomia pedagógica:** socioconstrucionismo curricular em perspectiva. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

_____. **Atos de currículos:** uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares. Currículo sem Fronteiras, v.13,n. 3, p. 427-435. Dez. 2013c.

MOREIRA, Antonio. F. B. e CANDAU, Vera. M. **Educação escolar e cultura(s):** construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação. n. 23, p. 156-168, 2003.

MOREIRA, Antonio. F; SILVA, Tomaz. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade.** 12ª ed., São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE. Paulo, **Pedagogia da Autonomia.** ED. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo & MACEDO, Donaldo. **Alfabetização:** leitura do mundo leitura da palavra. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Tháise da Paixão Santos

Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Especializanda em

Educação do Campo, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) E-mail: thaisepedagogadaeja@gmail.com.

Arlete Ramos dos Santos

Pós – Doutora em Educação e Movimentos Sociais do Campo pela UNESP, Professora adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), atuando na Graduação e Pós-Graduação. E- mail: arlerp@hotmail.com.

Maria Rita Santos

Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduc), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Grupo de Pesquisa Educação e Desigualdades; Bolsista da CAPES. E-mail: mariaritinhasantos@hotmail.com.

Pascoal João dos Santos

Mestre em Formação de Professores da Educação Básica, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Especialista em Filosofia Contemporânea, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Especialista em Relações Étnico Raciais e Gênero, Universidade Federal da Bahia(UFBA). E- mail: pascoaljoaodossantos@gmail.com.